

PROCESSO TCE N° 22.103.2016-70

ENTIDADE: Agência de Negócio do Estado do Acre S.A. - ANAC

NATUREZA: Prestação de Contas

ASSUNTO: Prestação de Contas da Agência de Negócios do Estado do Acre S.A, exercício de 2015

RESPONSÁVEL: Inácio Alves Moreira Neto (Presidente)

PROCURADOR:

RELATORA: Consª Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 11.667/2019/TCE/AC-PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Agência de Negócios do Estado do Acre-ANAC, exercício de 2015. Regular com Ressalva. Notificar. Dar Ciência. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** Emitir Acórdão considerando **REGULAR COM RESSALVA** à Prestação de Contas Anual da Agência de Negócios do Estado do Acre – ANAC, referente ao exercício de 2015, fundamentado no artigo 36, inciso I e artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, de responsabilidade do Senhor **Inácio Alves Moreira Netto** (Diretor-Presidente), à época, **valendo como ressalva** ausência de registro contábeis que comprove o lançamento do valor de R\$ 1.164,62 na Caixa do Balanço Patrimonial. **2)** Pela notificação ao atual gestor para conhecimento dessa decisão, bem como para que adote as medidas necessárias com vistas a evitar a reincidência das ocorrências verificadas nestes autos, nas próximas edições da espécie, sob pena de responsabilidade. **3)** Recomendar ao Controle Interno da ANAC S/A o acompanhamento dos atos de gestão da Empresa. **4)** Dar ciência ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, do teor desta decisão. **5)** Dar conhecimento ao responsável do resultado desta decisão. **Decisão:** O Colegiado decidiu, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**. **Vencido** o Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro** ao votar pela transformação do feito em diligência para apurar os prejuízos e responsabilidades quanto a efetivo da depreciação do patrimônio transferido para a iniciativa privada e,

após isso pela citação dos gestores, no que foi acompanhado pelo Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**. Após as formalidades de estilo, encaminhe os autos ao arquivo.

Rio Branco-Acre, 19 de dezembro de 2019.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Presidente do TCE/AC

Conselheira Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

Doutor **Sérgio Cunha Mendonça**

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 22.103.2016-70

ENTIDADE: Agência de Negócio do Estado do Acre S.A. - ANAC

NATUREZA: Prestação de Contas

ASSUNTO: Prestação de Contas da Agência de Negócios do Estado do Acre S.A, exercício de 2015

RESPONSÁVEL: Inácio Alves Moreira Neto (Presidente)

PROCURADOR:

RELATORA: Consª Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas da Agência de Negócios do Estado do Acre S/A – ANAC, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor Inácio Moreira Alves Netto (Presidente), tendo responsável pela contabilidade o Senhor Vandrê da Costa Prado, inscrito no CRC/AC 01142/0-9. A referida Prestação de Contas foi encaminhada a esta Corte de Contas para julgamento, em atendimento o que estabelece o art. 71, inciso II, da Constituição Federal/1988, art. 61, inciso II, da Constituição Estadual/1989, art. 36, inciso I, da LCE nº 38/1993 e art. 6º, inciso III, do Regimento e em cumprimento o disposto na Resolução TCE nº 087/2013.

2) A Agência de Negócios do Estado do Acre S.A. – ANAC, é uma Sociedade de Economia Mista, que tem como acionista majoritário o Estado do Acre, **sendo esta**, dotada de autonomia administrativa e financeira, com âmbito de atuação em todo o Estado do Acre, criada pela Lei Estadual nº 1.351 de 29 de dezembro de 2000, e está vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS, por força da Lei Complementar nº 247 de 17 de fevereiro de 2012.

3) Em primeira análise a DAFO apurou as seguintes ocorrências contidas no Relatório Técnico Preliminar (fls. 41/75), a seguir: **a)** ausência do extrato de aplicação financeira no valor de R\$ 325,63, não conciliado; **b)** ausência de documentação hábil e idônea que comprove o registro do valor de R\$ 1.164,62, na

conta Caixa do Balanço Patrimonial; **c)** ausência de Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do exercício em análise (2015), acerca do Lucro Líquido das Empresas coligadas/controladas, nas quais Companhia realizou investimentos relevantes (Lei Federal nº 6.404/1976, art. 247, inciso III); **d)** não cumprimento da Resolução TCE/AC nº 087/2013, no que se referente ao envio dos documentos conforme exigência da referida resolução (item: 6, licitações e contratos-Rel. Técnico fl. 53); **e)** ausência dos comprovantes, devidamente recolhidos, dos impostos retidos pela ANAC S/A, nos valores de R\$ 318,00; R\$ 270,00 e R\$ 300,00 (fl. 74-Rel. Técnico Preliminar); **f)** ausência de documentação hábil que comprove a compatibilidade de preço ajustado com os preços do mercado, à época, para justificar o acréscimo de 25% no 1º Termo Aditivo (fl. 59-Rel. Técnico Preliminar); **g)** ausência do documento de arrecadação municipal, devidamente recolhido, no montante de R\$ 76.859,05 (fl. 63-Rel. Preliminar); **h)** devolução de diárias no valor de R\$ 1.424,40 e R\$ 387,60 em razão das inconsistências (fls. 67/68-Rel. Preliminar); **i)** fragilidade nas informações acerca da formação da ANAC S/A e definição dos critérios objetivos da seleção das atividades a serem fomentadas pela empresas parceiras (fls. 69/70); **j)** ausência de dispositivo autorizativo específico às empresas coligadas/controladas para o aumento de capital, no montante de R\$ 6.494.499,35 (fls.71-Rel. Preliminar); **l)** necessidade de esclarecimentos acerca da forma de utilização dos recursos integralizados nas empresas Peixes da Amazônia S/A e Fundo de Investimento em Participação em Empresas Sustentáveis da Amazônia – FIP, para o aumento de capital (fls. 71/73-Rel. Preliminar), por meio da Lei Autorizativa nº 2.701 de 21 de março de 2013.

4) Citados os Senhores **Inácio Alves Moreira Netto** (Presidente da ANAC S/A), à época (fl. 80) e **Vandré da Costa Prado** (Contador), à época (fl. 81), aproveitaram a oportunidade e enviaram defesas (fls. 88/131), gerando o Relatório Complementar de Análise Técnica (132/146), permanecendo as seguintes ocorrências: **a)** ausência de comprovante do recolhimento do valor de R\$ 1.164,62 (visto fls. 133/134-Rel. Complementar); **b)** necessidade de esclarecimentos acerca da forma de utilização do recurso integralizado nas empresas Peixes da Amazônia S/A e Fundo de Investimento em Participação em Empresas Sustentáveis da Amazônia-FIP, para o aumento de capital (fls. 143/145-Rel. Complementar).

5) Em cumprimento à instrução da área técnica foi expedido citação para os Senhores **Inácio Alves Moreira Netto** (Presidente da NAC S/A) – fl.150; **Sebastião Fernando Ferreira Lima** (Presidente do CONAD) - fl. 151, e; **José Luiz Assis Felício** (Membro efetivo do CONAD) – fl. 155. Aproveitando a oportunidade os citados enviaram defesas (fls. 170/173; 174/175; 177/184; 186/202), gerando o Relatório Conclusivo (fls. 206/212), permanecendo ainda, as seguintes ocorrências: a) ausência de documento hábil que comprove a devolução da quantia de R\$ 1.164,62; b) falta transparência na aplicação dos recursos integralizados nas Empresas Peixes da Amazônia S/A e Fundo de Investimento em Participação em Empresas Sustentáveis da Amazônia – FIP, para aumento do capital.

6) Atendendo despacho da Conselheira Relatora (fl. 224), foi juntada a defesa folhas 236 a 305, gerando o Relatório Complementar (fls. 308/318), concluiu pela permanência das seguintes ocorrências: a) ausência de documento hábil que comprove devolução da quantia, no valor de R\$ 1.164,62 pelo Senhor Tony Jonh de Oliveira (Diretor-Presidente), à época; b) pagamento de juros de mora e multa no montante de R\$ 13,32 decorrente do atraso de recolhimento de imposto devido e; c) ausência de esclarecimentos acerca da forma de utilização do recurso integralizado nas empresas Peixes da Amazônia S/A e Fundo de Investimento em Participação em Empresas Sustentáveis da Amazônia – FIP para aumento de capital.

7) Encaminhado o processo ao Ministério Público de Contas, a Procuradora **Anna Helena de Azevedo Lima**, pronunciou-se, por duas ocasiões no feito às (fls. 217/221) e (323/327).

8) *Recebi* o presente feito por **redistribuição** em 24 de maio de 2017 (fl. 78).

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 30 de outubro de 2019.

Naluh Maria Lima Gouveia
Conselheira-Relatora

PROCESSO TCE N° 22.103.2016-70

ENTIDADE: Agência de Negócio do Estado do Acre S.A. - ANAC

NATUREZA: Prestação de Contas

ASSUNTO: Prestação de Contas da Agência de Negócios do Estado do Acre S.A, exercício de 2015

RESPONSÁVEL: Inácio Alves Moreira Neto (Presidente)

PROCURADOR:

RELATORA: Consª Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

1) Com base no que foi apurado pela DAFO/3ª IGCE (fls. 41/75; 132/146; 206/212 e 308/318) e de tudo que consta nos autos descrevo abaixo as seguintes ocorrências que restaram, após análise conclusiva: a) ausência de documento hábil que comprove devolução da quantia, no valor de R\$ 1.164,62 pelo Senhor Tony Jonh de Oliveira (Diretor-Presidente), à época; b) pagamento de juros de mora e multa no montante de R\$ 13,32 decorrente do atraso de recolhimento de imposto devido e; c) ausência de esclarecimentos acerca da forma de utilização do recurso integralizado nas empresas Peixes da Amazônia S/A e Fundo de Investimento em Participação em Empresas Sustentáveis da Amazônia – FIP para aumento de capital, para tanto, destacamos a Lei Autorizativa nº 2.701, de 21 de março de 2013.

1.1) No tocante a devolução do valor de R\$ 1.164,62, folheando os autos verifica-se que o gestor, mesmo com atraso, fez o ressarcimento dos valores no dia 20 de julho de 2017, conforme “extrato bancário” às folhas 226/232 -vol. 2, depósitos c/c AG. 3550-5 – C/C nº 5150-0 – BB, no valor de R\$ 1.915,22, onde está especificado o valor de R\$ 1.165,22 (fl. 130-vol. 1), relativo ao ressarcimento de suprimentos de fundos, inclusive na prestação de contas de 2016 (processo eletrônico nº 124.320), considera como resolvida a pendência uma vez que o defendente comprova tal devolução (fl. 703, item: 3.2).

1.2) É bom salientar que a pendência era responsabilidade do gestor anterior, e, conforme vem entendendo essa Corte de Contas e, ainda o STF que, julgado recente aplicou o PRINCÍPIO DA INTRANSCEDÊNCIA SUBJETIVA DAS SANÇÕES no

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

julgamento da ACO/3232 (Ação Civil Originária), inibe-se a aplicação de severas sanções às administrações por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos;

1.3) Quanto ao pequeno valor de R\$ 13,32, decorrente de juros e multa pelo atraso no pagamento de impostos, descarta-se a devolução desse valor fundamentado no princípio que veda o enriquecimento ilícito, e dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e colegialidade, bem como não ficou comprovado dano ao erário. Assim, quanto a este item, **recomendo** ao atual gestor que adote as medidas necessárias com vistas a evitar a reincidência das ocorrências verificadas nestes autos;

1.4) Entendo, neste contexto, que decorrem de erros procedimentais e formais de cunho administrativo e contábil dos quais não resultaram danos ao erário, apresentando-se, portanto, como passíveis de correções nas próximas edições da matéria, retirando desta forma a irregularidade e considerando como falhas formais, **este item**;

1.5) **Quanto a integralização de capital** efetuados na Empresa Peixes da Amazônia S/A e Fundo de Investimentos em participações em Empresas Sustentáveis da Amazônia – FIP, que seja instaurada uma **tomada de contas especial** nos termos do parágrafo 1º do artigo 44 da LCE nº 38/1993 para exame dos investimentos públicos efetuados pela a ANAC S/A nos projetos privados, **determinando um prazo de 180** (cento e oitenta dias) para a conclusão dos resultados da tomada de contas.

1.6) Assim, tendo em vista as justificativas e os documentos juntados aos autos verifico que os fatos apontados não se revestem de relevância ou gravidade suficiente para comprometer a gestão do presente exercício, **face ao exposto, VOTO:**

2) Pela emissão de **Acórdão** considerando **Regulares com Ressalva** a Prestação de Contas da Agência de Negócios do Estado do Acre S/A – ANAC, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor **INÁCIO ALVES MOREIRA NETTO** – Diretor Presidente, à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso II, em razão de que as falhas apontadas não comprometem a fidedignidade dos registros contábeis, e ainda, fundamentada em **decisões** desta **Corte de Contas, como o** Acórdão número 7.495/2011 (processo nº 14.905.2011-90-TCE/AC), **valendo como ressalvas**

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ausência de registro contábeis que comprove o lançamento do valor de R\$ 1.164,62 na Conta Caixa do Balanço Patrimonial.

3) **notificar** o atual gestor para conhecimento dessa decisão, bem como para que adote as medidas necessárias com vistas a evitar a reincidência das ocorrências verificadas nestes autos, nas próximas edições da espécie, sob pena de responsabilidade;

4) Recomendar ao Controle Interno da ANAC S/A o acompanhamento dos atos de gestão da Empresa.

5) Dar ciência ao Governador e Presidente da Assembleia Legislativa do Acre do teor desta decisão.

6) Dar conhecimento ao responsável do resultado desta decisão;

7) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

Rio Branco-Acre, 19 de dezembro de 2019.

Consª Naluh Maria Lima Gouveia
Relatora